

**ITAIPAVA S/A – EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**



ITAIPAVA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Balanços Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
			(Reapresentado)				(Reapresentado)
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	40.344	509	Fornecedores		-	5.133.815
Contas a receber de clientes	7	2.149.035	73.396	Obrigações sociais e trabalhistas	11	1.382.176	740.863
Estoques		48.666	10.633.476	Obrigações fiscais	12	5.750.695	4.604.869
Impostos a recuperar		22.387	81.013	Parcelamentos tributários		10.753	-
Adiantamentos		19.700	183.559	Adiantamentos de clientes		11.539	43.215.768
Outras contas a receber	8	1.160.680	16.128.972	Outras contas a pagar		5.600	631.709
		3.440.812	27.100.925			7.160.763	54.327.024
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Fornecedores		-	488.725
Contas a receber de clientes	7	28.979.156	-	Obrigações sociais e trabalhistas	11	-	661.508
Depósitos judiciais		-	1.991.881	Obrigações fiscais	12	3.727.028	-
Partes relacionadas	17	397.446.144	404.725.032	Parcelamentos tributários		51.600	543.179
Outras contas a receber	8	159.262	159.262	Passivos em recuperação judicial	13	1.221.047	1.221.047
Investimentos	9	12.873.716	12.873.716	Partes relacionadas	17	609.276.411	595.946.269
Imobilizado	10	8.436.150	8.436.150	Provisão para contingências	14	102.994	-
		447.894.428	428.186.041			614.379.080	598.860.728
				Passivo a descoberto	15		
				Capital social		129.928.494	129.928.494
				Reserva de capital		3.014	3.014
				Prejuízos acumulados		(300.136.111)	(327.832.294)
						(170.204.603)	(197.900.786)
Total do Ativo		451.335.240	455.286.966	Total do Passivo e do Passivo a Descoberto		451.335.240	455.286.966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ITAIPAVA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações de Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(362.734)	(102.512)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>822.104</u>	<u>1.669.348</u>
		459.370	1.566.836
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>459.370</u>	<u>1.566.836</u>
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	16	14.852.719	-
Despesas financeiras	16	<u>(656.062)</u>	<u>-</u>
	16	14.196.657	-
Lucro líquido do exercício		<u>14.656.027</u>	<u>1.566.836</u>
Número de ações ao final do exercício	15(a)	<u>1.103.333</u>	<u>1.103.333</u>
Lucro líquido do exercício por ação		<u>13,28</u>	<u>1,42</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ITAIPAVA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações das Mutações do Passivo a Descoberto

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023 (Originais)		129.928.494	3.014	1.200.485	(103.127.034)	28.004.959
Ajustes de exercícios anteriores	2.2				(226.035.143)	(226.035.143)
Saldos em 1º de janeiro de 2023 (Reapresentados)		129.928.494	3.014	1.200.485	(329.162.177)	(198.030.184)
Ajustes de exercícios anteriores	15(c)	-	-	-	(236.953)	(236.953)
Baixa de ajuste de avaliação patrimonial	15(d)	-	-	(1.200.485)	-	(1.200.485)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.566.836	1.566.836
Saldos em 31 de dezembro de 2023		129.928.494	3.014	-	(327.832.294)	(197.900.786)
Ajustes de exercícios anteriores	15(c)	-	-	-	7.462.556	7.462.556
Compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL	12(ii)	-	-	-	5.577.600	5.577.600
Lucro líquido do exercício		-	-	-	14.656.027	14.656.027
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>129.928.494</u>	<u>3.014</u>	<u>-</u>	<u>(300.136.111)</u>	<u>(170.204.603)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ITAIPAVA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	14.656.027	1.566.836
Ajustes por:		
Provisão para passivos financeiros	-	(176.659)
Provisão para contingências	102.994	-
Ajustes de exercícios anteriores	7.462.556	(236.953)
Compensação de prejuízos fiscais e base de calculo negativa de CSLL	5.577.600	-
Lucro líquido do exercício - ajustado	27.799.177	1.153.224
Variações das atividades operacionais		
Contas a receber de clientes	(31.054.795)	(65.248)
Estoques	10.584.810	-
Impostos a recuperar	58.626	-
Adiantamentos	163.859	88.850
Outras contas a receber	14.968.292	-
Depósitos judiciais	1.991.881	(274)
Fornecedores	(5.622.540)	(825.092)
Obrigações sociais e trabalhistas	(20.195)	(1.343.396)
Obrigações fiscais	4.872.854	940.226
Parcelamentos tributários	(480.826)	-
Adiantamentos de clientes	(43.204.229)	250.000
Outras contas a pagar	(626.109)	-
Passivo recuperação judicial	-	1.221.047
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(20.569.195)	1.419.337
Atividades de financiamentos		
Partes relacionadas	20.609.030	(1.422.326)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	20.609.030	(1.422.326)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	39.835	(2.989)
Varição no saldo de caixa e equivalentes de caixa		
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	509	3.498
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	40.344	509
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	39.835	(2.989)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



.1.

ITAIPAVA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

1. Informações gerais

(a) Atividades operacionais

A Itaipava S/A – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), que faz parte do “Grupo João Santos – GJS”, é uma sociedade anônima de capital fechado e que tem como objeto social: a) transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; b) transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; c) atividades do Operador Portuário; d) agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo; e) comércio atacadista de cimento; f) comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente; g) extração de outros minerais não-metálicos não especificados anteriormente; h) outras sociedades de participação, exceto holdings; i) serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita; j) comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (T.R.R.); k) construção de edifícios; l) atividades de apoio à extração de minerais não-metálicos; m) Serviços de engenharia; n) depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis; o) Comércio varejista de plantas e flores naturais; e, p) holdings de instituições não-financeiras. A Companhia possui sede na Travessa da Soledade, nº 36, no município de Belém, no Estado do Pará.

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão e a apresentação dessas demonstrações financeiras em 27 de junho de 2025.

(b) Reestruturação

Após a Assembleia Geral Ordinária – AGO ocorrida em 15 dezembro de 2022, foi determinada a destituição da antiga Diretoria e a subsequente eleição de novos administradores.

Em 21 de dezembro de 2022, foi ajuizado o pedido de Recuperação Judicial da **Itaipava S/A**, que foi deferido em 23 de dezembro do mesmo ano, em conjunto com as demais empresas do **Grupo João Santos** (consolidação processual), nos termos da Lei nº 11.101/2005 (“Lei das Falências”), por meio do processo nº 0169521-37.2022.8.17.2001. Foram apontadas como principais razões do pedido: o alto grau de endividamento decorrente das garantias manifestamente excessivas e onerosas constantes dos contratos firmados com os seus credores, tendo estes ajuizado várias ações judiciais individuais, requerendo a penhora de seus ativos.

Os saldos reclamados por terceiros, divulgados na segunda lista de credores, em maio de 2023 e atualizada em setembro de 2024, está representada na Nota Explicativa nº 13.

Ao longo de 2024, houve o aperfeiçoamento da campanha de mediação com os diversos credores das Classes I, III e IV – recursos esses provenientes da reintegração de depósitos recursais, bem como, em 5 de novembro do mesmo ano, ocorreu a aprovação do Plano de Recuperação Judicial pela maioria dos credores. A homologação e decisão judicial do referido plano e a efetiva concessão da recuperação judicial do **Grupo João Santos** ocorreu no dia 7 de fevereiro de 2025, já tendo havido o início dos pagamentos dos credores desde então.



.2.

ITAIPAVA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

O objetivo da nova administração é conduzir a reestruturação operacional e financeira do Grupo. Logo, as demonstrações financeiras ora apresentadas pressupõem a continuidade das suas operações.

(c) Desempenho operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a **Itaipava S/A – Em Recuperação Judicial** apresentou insuficiência de capital de giro de R\$3.719.951 (R\$27.226.099 em 31 de dezembro de 2023), prejuízos acumulados de R\$300.136.111 (R\$327.832.294 até 31 de dezembro de 2023) e passivo a descoberto de R\$170.204.603 (R\$197.900.786 em 31 de dezembro de 2023). A Administração da Companhia está envidando esforços no sentido de equacionar as operações de modo a reverter a situação a médio prazo, por meio de ações internas e o pedido de recuperação judicial, citado na Nota Explicativa 1(b). Por estes motivos, não foi efetuado nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação dos ativos ou aos valores e à classificação dos passivos, que poderia ser necessário em função dos fatos citados.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles eventualmente indicados de outra forma.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes, além do resultado do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.



.3.

ITAIPAVA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

2.2. Mudança nas políticas contábeis e representação de cifras comparativas

A Companhia decidiu contabilizar os investimentos, a partir de 1º de janeiro de 2024, pelo método de custo, o que significa que os mesmos serão registrados e mantidos no balanço pelo seu custo de aquisição, a menos que ocorra uma perda de valor significativa. Esta mudança foi motivada pelo entendimento de que a Companhia não possui influência significativa sobre suas investidas. A Companhia aplicou a nova política retroativamente, ajustando os saldos das contas de investimentos dos exercícios anteriores. Os efeitos da mudança estão apresentados nas demonstrações financeiras comparativas conforme demonstrado a seguir.

	2023	Ajustes	2023
	Original		Reapresentado
Ativo			
Não Circulante			
Investimentos	238.908.859	(226.035.143)	12.873.716
Passivo a descoberto			
Prejuízos acumulados	(101.797.151)	(226.035.143)	(327.832.294)

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos em caixa, depósitos bancários e outros investimentos em aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e risco insignificante de mudança de valor. Os referidos investimentos estão demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores decorrentes da venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, as contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal faturado e, subsequentemente, deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (“PECLD” ou *impairment*), quando necessário.

A provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”) é constituída com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras; (ii) instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, mas não apresentam evidência objetiva de *impairment*; e, (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de *impairment* na data-base.



.4.

ITAIPAVA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

2.5. Estoques

São mensurados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O método de avaliação dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal, excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

2.6. Investimentos

Consistem, em sua maioria, em quotas e/ou ações de sociedades e estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização e/ou perdas, quando necessário.

2.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.8. Fornecedores

As contas a pagar são obrigações por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados no passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante.

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, sempre que houver necessidade.



ITAIPAVA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

2.9. Provisão para contingências

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

2.10. Reconhecimento da receita

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência de controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos ou, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos na prestação de serviços.

Para isso, a Companhia utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos (iii) determinação do preço da transação (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

(a) Venda de produtos

A receita operacional da venda é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é reconhecida quando o valor dela pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido. Abrange todas as receitas de juros sobre ativos financeiros e ganhos nos instrumentos financeiros, além de juros, variações cambiais e monetárias sobre outros ativos. As receitas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

2.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, caso aplicável.



.6.

ITAIPAVA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

Os encargos de imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

2.12. Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor juros por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Um ativo financeiro poderá ser classificado como: mensurado ao custo amortizado; ao VJORA (instrumento de dívida); ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes); instrumento patrimonial; ou ao VJR.



.7.

ITAIPAVA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados (por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos); e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.



ITAIPAVA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente (o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato). Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.



ITAIPAVA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo seu valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As demonstrações financeiras apresentadas não contêm nenhuma compensação de instrumentos financeiros.



ITAIPAVA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

2.13. Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

O Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida.

Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, a Companhia levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas em créditos de liquidação duvidosa, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Companhia.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperação como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as outras partes estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Em relação aos seus ativos financeiros, a Companhia avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja significativa.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.



ITAIPAVA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A Companhia efetua estudos para avaliar o registro de eventual provisão para fazer face a perdas na realização das contas a receber de clientes, considerando os riscos envolvidos e registra quando a administração identifica evidência objetiva de perda.



ITAIPAVA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

(b) Recuperabilidade (Impairment) estimativa de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente o ativo imobilizado. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: a) seu valor justo menos custos estimados de venda; b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes de juros e impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil, método utilizado pela Companhia.

Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo do grupo destes ativos.

(c) Provisão para contingências

A Companhia discute questões cíveis e tributárias nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios e uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir de análise da Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos. Alterações em tendências de decisões ou jurisprudências em tribunais poderão alterar as estimativas ligadas a provisões para causas judiciais.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros: risco de câmbio e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos especulativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.



.13.

ITAIPAVA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

(a) Risco de mercado

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução de custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.



.14.

ITAIPAVA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

5. Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativos conforme Balanço Patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	40.344	509
Contas a receber de clientes	31.128.191	73.396
Adiantamentos	19.700	183.559
Outras contas a receber	1.319.942	16.288.234
Partes relacionadas	<u>397.446.144</u>	<u>404.725.032</u>
	<u>429.954.321</u>	<u>421.270.730</u>
Passivos conforme Balanço Patrimonial		
Fornecedores	-	5.622.540
Adiantamentos de clientes	11.539	43.215.768
Outras contas a pagar	5.600	631.709
Passivos em recuperação judicial	1.221.047	1.221.047
Partes relacionadas	<u>609.276.411</u>	<u>595.946.269</u>
	<u>610.514.597</u>	<u>646.637.333</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa	8.019	-
Bancos conta movimento	31.115	429
Aplicações financeiras	<u>1.210</u>	<u>80</u>
	<u>40.344</u>	<u>509</u>



.15.

ITAIPAVA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

7. Contas a receber de clientes

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Duplicatas a receber - Terceiros	141.531	3.067
Duplicatas a receber - Coligadas	<u>31.142.931</u>	<u>70.329</u>
	31.284.462	73.396
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	<u>(156.271)</u>	<u>-</u>
	<u><u>31.128.191</u></u>	<u><u>73.396</u></u>
Circulante	2.149.035	73.396
Não circulante	28.979.156	-

Em 2024, o saldo total de notas fiscais a receber (terceiros e coligadas) possui apenas títulos vencidos acima de 180 dias.

8. Outras contas a receber

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Títulos a receber	-	856.459
Valores a receber (i)	1.160.680	15.272.513
Empréstimos compulsórios (ii)	<u>159.262</u>	<u>159.262</u>
	<u><u>1.319.942</u></u>	<u><u>16.288.234</u></u>
Circulante	1.160.680	16.128.972
Não circulante	159.262	159.262

(i) Refere-se a valores a receber de partes relacionadas.

(ii) Refere-se a empréstimos compulsórios realizados em anos anteriores, cujos valores estão em processo de atualização.



ITAIPAVA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

9. Investimentos

	% de participação	2024	2023
Capital em outras empresas			
Celulose e Papel de Pernambuco S/A – CEPASA	1,1997%	2.535.648	2.535.648
Indústria de Sacos de Papel S/A - Isapel	6,1415%	5.621.877	5.621.877
Itabira Agro Industrial S/A (*)	0,0026%	10.755	10.755
Itaclínica Ltda. (*)	0,0022%	4	4
Itaguarana S/A (*)	0,0201%	11.624	11.624
Itaguassu Agro Industrial S/A (*)	0,0010%	1.189	1.189
Itaiguara Transportes Ltda.	0,1571%	66.234	66.234
Itapagé S/A Celulose e Papéis e Artefatos (*)	3,4694%	8.237.111	8.237.111
Itapessoca Agro industria S/A (*)	1,2256%	3.884.577	3.884.577
Itapetinga Agro Industrial S/A(*)	0,2542%	200.824	200.824
Itapicuru Agro Industrial S/A (*)	1,4039%	4.965.161	4.965.161
Itapiranga Agropecuária Ltda.	49,9180%	30.740	30.740
Itapissuma S/A (*)	0,0023%	3.932	3.932
Itapuama Agroindustrial e Serviços Ltda.	29,9521%	3.960.751	3.960.751
Itautinga Agro Industrial S/A(*)	0,2819%	334.188	334.188
Mamoaba Agro Pastoral S/A	6,6442%	633.367	633.367
Sociedade de Táxi Aereo Weston Ltda. (*)	99,7722%	159.640.640	159.640.640
		<u>190.138.622</u>	<u>190.138.622</u>
Outros investimentos	-	25.099	25.099
		<u>190.163.721</u>	<u>190.163.721</u>
Perdas estimadas sobre investimentos (*)		<u>(177.290.005)</u>	<u>(177.290.005)</u>
		<u>12.873.716</u>	<u>12.873.716</u>

(*) As perdas estimadas foram constituídas sobre os investimentos em empresas que possuem passivo a descoberto em 31 de dezembro de 2024.



.17.

ITAIPAVA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

10. Imobilizado

	<u>2023 e 2024</u>
<u>Custo</u>	
Edifícios e construções	7.334.460
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5.193.043
Móveis e utensílios	277.954
Veículos	<u>8.063.633</u>
	<u>20.869.090</u>
<u>Depreciação acumulada</u>	
(-) Edifícios e construções	(257.916)
(-) Máquinas, aparelhos e equipamentos	(4.081.107)
(-) Móveis e utensílios	(230.769)
(-) Veículos	<u>(7.863.148)</u>
	<u>(12.432.940)</u>
	 <u>8.436.150</u>

11. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
INSS a recolher (i)	-	661.508
FGTS a recolher	1.382.176	-
Outras obrigações sociais e trabalhistas (i)	-	<u>740.863</u>
	<u>1.382.176</u>	<u>1.402.371</u>
Circulante	1.382.176	740.863
Não circulante	-	661.508

- (i) A variação refere-se a transferência do saldo devedor para a rubrica “Transação PGFN – Obrigações fiscais”, após a conclusão da Transação Tributária junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12(ii).



ITAIPAVA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

12. Obrigações fiscais

	2024	2023
ICMS a recolher (i)	4.503.456	-
IRPJ a recolher	327.582	-
CSLL a recolher	129.242	-
Transação PGFN (ii)	3.727.028	-
Outras obrigações fiscais (iii)	790.415	4.604.869
	<u>9.477.723</u>	<u>4.604.869</u>
Circulante	5.750.695	4.604.869
Não circulante	3.727.028	-

- (i) Referem-se, basicamente, a débitos de ICMS gerados entre 2009 e 2023, os quais encontram-se em negociação junto a secretarias estaduais.
- (ii) O **Grupo João Santos**, do qual a **Itaipava S/A – Em Recuperação Judicial** faz parte, firmou acordo, em agosto de 2023, de Transação Tributária junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”), com o fito de regularizar as dívidas fiscais existentes e inscritas em dívida ativa até dezembro de 2022, em nome das suas quarenta e uma empresas, no montante aproximado de R\$10,7 bilhões. Após meses de negociação e definições sobre o grau de recuperabilidade da dívida, a PGFN e o **Grupo João Santos** chegaram a termos da transação que resultaram na redução de aproximadamente 86% do valor inscrito em dívida ativa, sendo 64% referentes a descontos de multa e juros e 22% referentes a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro. No caso da **Itaipava S/A – Em Recuperação Judicial** os montantes envolvidos montaram a R\$14.852.719 e R\$5.577.600, respectivamente.

A efetivação do pagamento inicial de R\$230.000.000 para consolidação da transação foi realizada nos dias 31 de janeiro e 29 de fevereiro de 2024, nos valores de R\$ R\$150.000.000 e R\$80.000.000, respectivamente, obedecendo todas as cláusulas vigentes para celebração do referido acordo, de forma que foram refletidos os impactos de descontos e compensação de prejuízos fiscais no exercício de 2024. O prazo para quitação do referido acordo é até agosto de 2026.

Os recursos para os referidos pagamentos foram obtidos por meio de financiamento, na modalidade *debtor-in-possession* (“Financiamento DIP”), junto a ARC Crédito III Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. A operação envolveu o oferecimento de garantias reais sobre bens imóveis e ativos minerários, cujas constituições obedeceram aos ritos previstos nos estatutos/contratos sociais de cada Companhia/Empresa integrante do **Grupo João Santos**.



ITAIPAVA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

- (iii) Em 2023, referem-se a outros impostos e contribuições do âmbito federal, que foram conciliados em 2024 e, em sua grande maioria, foram transferidos para a rubrica “Transação PGFN”. Em 2024, refere-se a taxas de licença para localização e funcionamento, fiscalização de estabelecimento e funcionamento, entre outros.

13. Passivos em recuperação judicial

	<u>2024 e 2023</u>
Fornecedores	825.091
Credores trabalhistas	<u>395.956</u>
	<u><u>1.221.047</u></u>

Referem-se aos valores apresentados na segunda lista de credores, divulgada em maio de 2023 e atualizada em setembro de 2024, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1(b).

14. Provisão para contingências

(a) Perdas prováveis, provisionadas no balanço

A Companhia é parte envolvida em processos de naturezas cível e tributária e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. A Companhia estima os seguintes desembolsos prováveis de caixa:

	<u>2024</u>
Cível	25.305
Tributária	<u>77.689</u>
	<u><u>102.994</u></u>

(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía ações de natureza cível envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$3.098.004.



ITAIPAVA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

(c) Processos transitados em julgado – Decisão STF

No dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva transitada em julgado, sobre a constitucionalidade de tributos recolhidos de forma continuada (relação tributária de trato sucessivo), perde seus efeitos automaticamente caso o Supremo Tribunal Federal (STF) se pronuncie, posteriormente, em sentido contrário. Isso significa, na prática, que decisões proferidas em ação direta (ADI ou ADC) ou em sede de recurso extraordinário com repercussão geral interrompem os efeitos das decisões anteriores, no contexto de relações tributárias de trato sucessivo, mesmo que já transitadas em julgado. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que, nos casos em que uma coisa julgada seja desconstituída e o respectivo tributo seja considerado devido, devem ser respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo (Decisão Relativização Coisa Julgada).

A administração da Companhia efetuou um inventário dos processos tributários transitados em julgado para os quais utiliza o benefício de repercussão geral e não identificou situações existentes e que podem ser impactadas pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

15. Passivo a descoberto

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia é de R\$129.928.494, dividido em 1.103.333 ações ordinárias, nominativas, no valor nominal de R\$117,76 cada uma.

Acionista	2024 e 2023	
	Participação (%)	Valor (R\$)
Itapessoca Agro Industrial S/A	61,57%	79.996.974
Itamaracá S/A	24,50%	31.832.481
Itapitanga Indústria de Cimentos de Mato Grosso S/A	12,92%	16.786.761
AGRIMEX - Agro Industrial Mercantil Excelsior S/A	0,90%	1.169.356
Nassau Corretora de Seguros Ltda.	0,05%	64.964
João Pereira dos Santos Filho (Espólio)	0,03%	38.979
Nassau Administração e Participações Ltda.	0,03%	38.979
	<u>100,00%</u>	<u>129.928.494</u>



.21.

ITAIPAVA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

(b) Destinação do lucro do exercício

O lucro líquido da Companhia terá a seguinte destinação, conforme estatuto:

- 5% para constituição de reserva legal, até que atinja 20% do capital social;
- Provisão para importância necessária para as despesas do exercício seguinte e para a manutenção da sociedade;
- O saldo remanescente será objeto de deliberação em Assembleia Geral.

(c) Ajustes de exercícios anteriores

	2024	2023
Regularização de saldos patrimoniais, líquido	7.462.556	-
Ajustes do saldo de passivos em recuperação judicial	-	(236.953)
	<u>7.462.556</u>	<u>(236.953)</u>

(d) Ajuste de avaliação patrimonial

O reconhecimento dos ajustes de avaliação patrimonial efetuados pelas empresas do **Grupo João Santos**, no período de 2013 a 2018, não obedeceram a todos os critérios estabelecidos pelas normas contábeis vigentes, especialmente os Pronunciamentos Técnicos CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 e CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e a Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, para devido reconhecimento. Desta forma, a fim de obedecer às normas vigentes, em 2023 foram revertidos os valores anteriormente registrados.



.22.

ITAIPAVA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

16. Resultado financeiro

	<u>2024</u>
Receitas financeiras	
Descontos obtidos na transação PGFN (i)	14.852.719
	<u>14.852.719</u>
Despesas financeiras	
Juros e multa sobre tributos	(656.062)
	<u>(656.062)</u>
	<u>14.196.657</u>

Referem-se aos efeitos do desconto de multas e juros, decorrentes da transação efetuada junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme descrito na Nota Explicativa nº 12(ii).

17. Partes relacionadas

	<u>2024</u>	
Ativo circulante		
<u>Contas a receber de clientes (*)</u>		
Itabira Agro Industrial S/A	28.922.833	
Itaguassu Agro Industrial S/A	305.180	
Itapicuru Agro Industrial S/A	1.740.067	
Itapuí Barbalhense Indústria de Cimentos S/A	130.568	
Outros	44.283	
	<u>31.142.931</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Outras contas a receber</u>		
Acionistas	1.160.680	15.272.513

(*) Os saldos comparativos do exercício de 2023 não foram informados em função da Companhia não possuir essa informação para a referida data-base.



ITAIPAVA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	Ativo não circulante		Passivo não circulante	
	2024	2023	2024	2023
Mútuo (**)				
Agrimex – Agroindustrial Mercantil Excelsior S/A	70.479.968	70.479.968	-	-
CBE – Companhia Brasileira de Equipamento	5.862.704	5.592.815	2.279	18.260
Celulose E Papel De Pernambuco S/A - CEPASA	-	142.305	3.313.845	3.754.527
Cimentos do Brasil S/A - CIBRASA	527	194.379	33.349.414	33.398.713
Companhia Agro Industrial de Goiana	139.014.929	137.336.996	-	-
Itabira Agro Industrial S/A	162	60	181.737.339	181.737.399
Itaguarana S/A	-	-	8.739.471	8.739.471
Itaguassu Agro Industrial S/A	-	3.634	53.015.101	53.018.735
Itaguatinga Agro Industrial S/A	-	-	15.570.352	15.570.352
Itaiguara Transportes Ltda.	6.799.814	34.608.839	-	-
Itaituba Indústria de Cimentos do Pará S/A	-	599	3.259.659	1.535.710
Itajubara S/A Açúcar e Alcool	4.751.351	5.887.930	-	-
Itamaracá S/A	-	1.153	17.397.027	17.398.180
Itapessoca Agro Industrial S/A	71.908	46.789	31.057.479	28.957.429
Itapetinga Agro Industrial S/A	30.000	324.145	91.193.807	90.375.939
Itapicuru Agro Industrial S/A	1.800	600	34.648.298	31.691.624
Itapissuma S/A	-	1.863	14.406.043	14.407.907
Itapitanga S/A	-	-	4.097.016	4.097.016
Itapuí Barbalhanse Indústria de Cimentos S/A	-	3.804	13.915.802	11.744.070
Itauna Agro Pecuária e Mecanização Ltda.	12.107.118	13.617.326	95.370	243.896
Itautinga Agro Industrial S/A	801.857	77.652	68.697.827	65.996.141
Mamoaba Agro Pastoral S/A	250.460	150.000	30.647.398	29.244.775
Nassau Administração e Participações Ltda.	116.348.929	111.006.722	203.399	-
Acionistas	40.195.190	24.190.025	-	-
Outros	729.427	1.057.428	3.929.485	4.016.125
	<u>397.446.144</u>	<u>404.725.032</u>	<u>609.276.411</u>	<u>595.946.269</u>

(**) Refere-se a operações entre partes relacionadas cujos prazos de vencimento são indeterminados e não há atualização monetária nem incidência de juros sobre as referidas transações.

18. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía apólices de seguros contratados para cobrir eventuais perdas com sinistros de ativos ou operacionais.



.24.

ITAIPAVA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

19. Evento subsequente

Homologação do Plano de Recuperação Judicial

Em 7 de fevereiro de 2025 foi homologado o plano de recuperação judicial do **Grupo João Santos**, conforme citado na Nota Explicativa nº 1(b).

Até abril de 2025, o **Grupo João Santos** liquidou os montantes de R\$12.886.889 e R\$3.357.572, referentes à classe trabalhista (1.734 credores) e classes III e IV, respectivamente.

* * *

